

“Estado Digital”

Serviços Digitais Transacionais

Prova de Conceito

Programa de Estudos e Pesquisas

Cesar Rômulo Silveira Neto

Versão Original de 25 fev 2005

Versão Atual de 26 set 2014

Apresentação

O **Programa de Estudos e Pesquisas** tem por objeto a concepção e o desenvolvimento de posicionamentos estratégicos e de instrumentos para a melhoria da gestão pública; tais como:

- Estudos sobre “**Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios de Pequeno Porte**” e desenvolvimento de “**Solução Completa para a Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios de Pequeno Porte**” apresentados para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 17 set 2004
- Levantamento de dados, organização de base de dados e realização do estudo “**Avaliação do Desempenho do Poder Público na Gestão Fiscal 2000-2003: Consolidado, União, Estados e Municípios**”. Versão de 02 fev 2005
- Levantamento de dados, organização da dados e realização do estudo “**ICMS de Serviços de Comunicações - Séries Históricas: Arrecadação e Participações - 1997 – 2005**”, Versão de 02 out 2005
- Elaboração do Projeto Conceitual do “**Fórum Estado Digital - Inclusão Digital do Estado para a Inclusão Social do Cidadão**”, Versão de 15 nov 2005, apresentado para o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A Solução Verdadeira

“E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus”

Romanos 12:2

A Solução Conjuntural

Inclusão Digital do Estado para a Inclusão Social do Cidadão

A Solução Completa: Oportunidade

Forte Demanda pela Inclusão Social do Cidadão

- a. Universalização dos Serviços de Estado
- b. Melhoria da Qualidade dos Serviços de Estado
- c. Aumento da Transparência dos Serviços de Estado
 - O Estado (Entes Públicos)
 - União, Estados e Municípios
 - Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público
 - Os Serviços do Estado (Prioritários para a Inclusão Social)
 - Educação Pública
 - Saúde Pública
 - Previdência Social
 - Segurança Pública
 - Registro Público: Terras, Imóveis, Pessoas Naturais, etc.
 - Realização da Justiça
 - Administração de Municípios de Pequeno Porte
 - ...
 - Cobertura Nacional (Estadual ou Municipal)
- d. Redução da Alta Carga Tributária
- e. Responsabilidade Fiscal
- f. Competência na Aplicação de Recursos Públicos
- g. Probidade na Gestão dos Recursos Públicos

A Solução Completa: Oportunidade

Situação dos Entes Públicos

(há exceções; poucas, mas há)

- a. Plataformas de TIC obsoletas
- b. Problemas com Tribunais de Contas
- c. Licitações não concluídas tempestivamente por demandas judiciais
- d. Demandas de TIC não atendidas (inclusive Banda Larga)
- e. Sem Capacidade de Investimento
- f. Pessoal Desatualizado, Insuficiente e Desmotivado
- g. Soluções Parciais, Isoladas e Vulneráveis
- h. Decisões favoráveis a Plataformas e Sistemas Abertos (hoje a grande maioria é proprietária)
- i. Não há interoperabilidade entre sistemas e serviços públicos
- j. Soluções cada vez mais complexas e demandando pessoal altamente qualificado
- k. Não aproveitamento das redes e serviços em banda larga já disponíveis
- l. Não aproveitamentos dos Benefícios das Modernas TICs (cobertura & produtividade & qualidade & segurança & custo)
- m. Efeitos perversos para o Consumidor (Cidadão Excluído) (não ou mal atendimento & não transparente & insatisfação & altos custos sociais)

A Solução Completa

A **Solução Completa PPP(TIC)**,
de natureza singular,

para superar a maioria dessas demandas e questões
foi concebida e desenvolvida dentro do
Programa de Estudos e Pesquisas.

Ela é consubstanciada, na sua forma final, em
**Contrato de Concessão Administrativa para
Prestação de Serviços Intensivos em
Tecnologia de Informação e Telecomunicação (TIC),**

necessários à
**direção, gestão, administração,
operação, manutenção, comercialização e
atendimento ao consumidor de
Prestador de Serviço Público.**

A Solução Completa

Contempla:

não só o

provimento, operação e manutenção
de toda a plataforma tecnológica necessária à
prestação de serviços públicos

como também a

capacitação de recursos humanos
para a **redefinição e aplicação de**
novos processos para

o pleno aproveitamento dos
serviços intensivos em

Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)
objetivando o aumento do Valor do Empreendimento
Público ou Privado.

A Solução Completa: Base Legal

Contrato de Concessão Administrativa nos termos da Lei 11.079 de 30 dez 2004 (Lei das PPP)

A Solução Completa: Objeto da Concessão

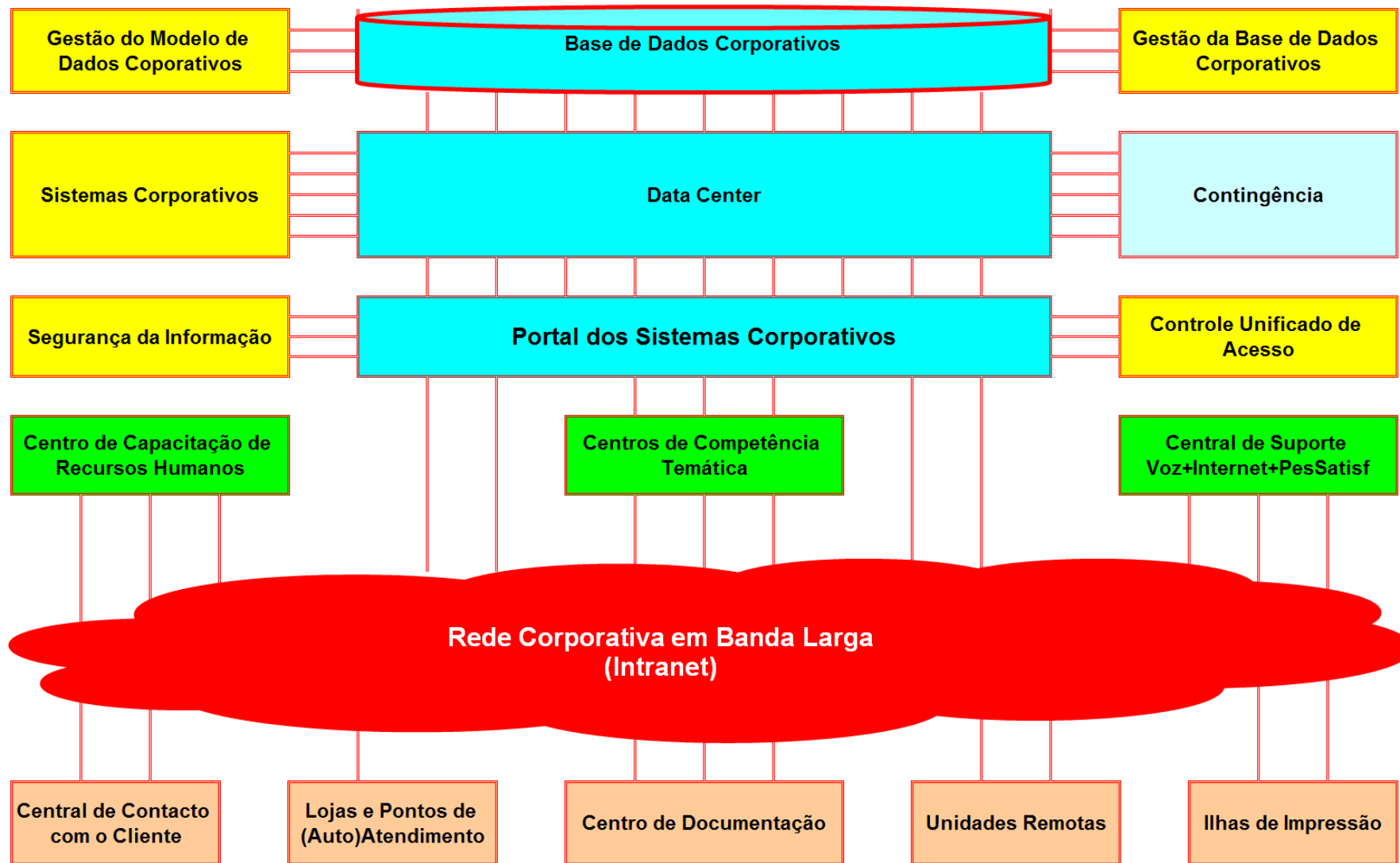
Prestação de Serviços Intensivos em Tecnologia de Informação e Telecomunicação (TIC),

necessários à direção, gestão, administração, operação, manutenção, comercialização e atendimento ao consumidor de Entidade Prestadora de Serviço Público.

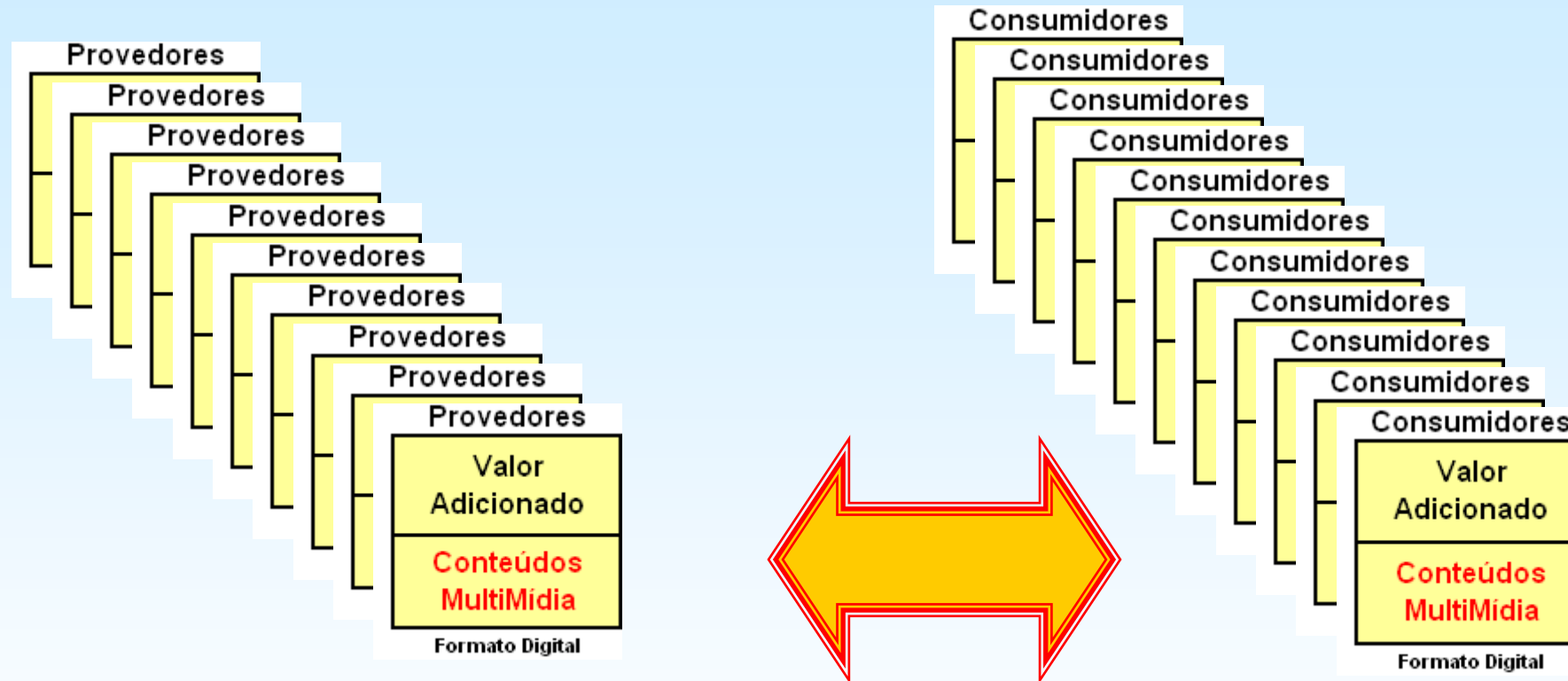
Contemplando:

- o provimento, operação e manutenção de toda a plataforma tecnológica necessária a essa prestação de serviços
- a capacitação de recursos humanos da empresa para a redefinição e aplicação de novos processos empresariais com o pleno aproveitamento dos serviços intensivos em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).
- a **Migração Total** dos sistemas processados na *Plataforma Legada*, com os respectivos **Dados Corporativos já consistidos**, para a *Nova Plataforma*, sem solução de continuidade dos serviços prestados pela empresa

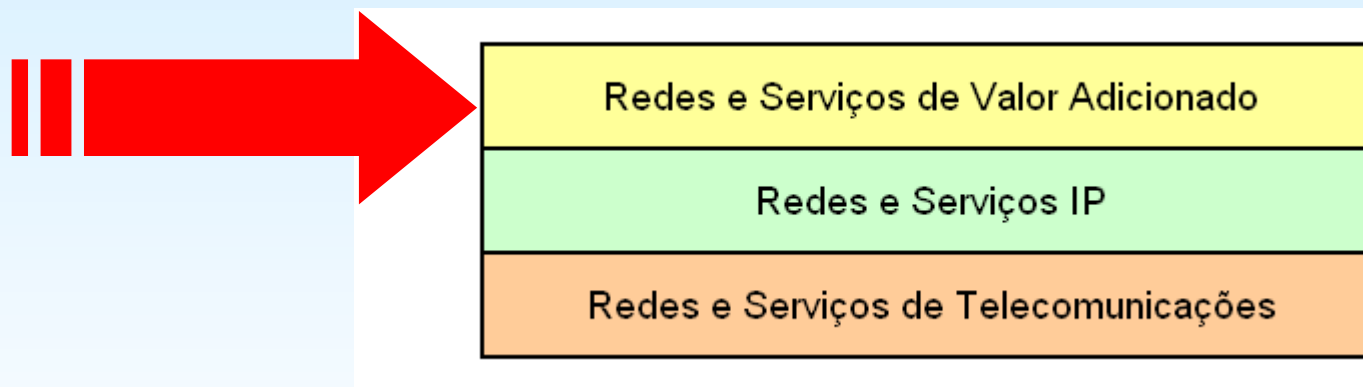
A Solução Completa: Plataforma Tecnológica



Serviços Digitais Transacionais: Oportunidade do Negócio



Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio

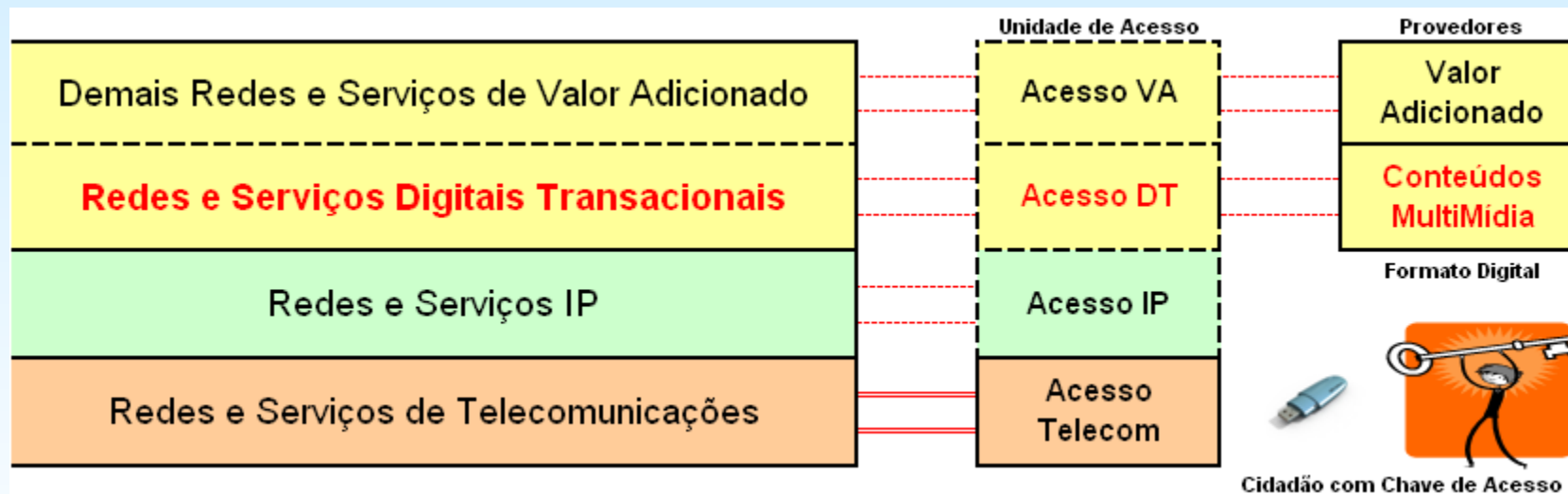


Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio

Ofertas para o “Cidadão”



Demandas do “Cidadão”

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Chave de Acesso do Cidadão

Pen Drive

- Smart Card
- SIM Card GSM
- Dados Gravados
- Identidade Visual
- Segurança
- Reposição
- Etc.

Unidade de Acesso

- Computador com Porta USB 2.0
- Auto-Run para Portal do Cidadão

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Funções das Redes e Serviços Digitais Transacionais

Portal Brasil Digital

Portal do Cidadão
Portal do Provedor

Portal do Cidadão

Identificação do Usuário
Biometria do Usuário
Garantia da Fidedignidade dos Dados do Usuário
Garantia da Consistência da Base de Dados dos Usuários
Autenticação Forte do Usuário
Perfil de Acesso do Usuário
Perfil de Acesso aos Dados do Usuário
Perfil de Uso do Usuário
Referências do Cidadão
Perfil de Crédito do Cidadão
Conta-Corrente do Cidadão
Cartão de Crédito do Cidadão
Conta de Aplicações do Cidadão

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Base de Dados do Cidadão

- Modelo Conceitual (ERA)
- Modelo Lógico-Funcional
- Cadastro Unificado do Cidadão
- Conta-Corrente do Cidadão
- Cartão de Crédito do Cidadão

Base de Dados do Provedor

- Modelo Conceitual (ERA)
- Modelo Lógico-Funcional
- Cadastro Unificado do Provedor
- Conta-Corrente do Provedor
- Cartão de Crédito do Provedor

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Movimentação

Processos (Work-Flows)
Formulários
Relatórios e Certidões

Cadastro Unificado do Cidadão
Conta-Corrente do Cidadão
Cartão de Crédito do Cidadão

Cadastro Unificado do Provedor
Conta-Corrente do Provedor
Cartão de Crédito do Provedor

Clearing

Modelo de TDR - Transaction Data Record
Tabela de Serviços Transacionais
Tabela de Preços
Tabela de Participações
Tabela de Parceiros

Registro das Transações
Garantia da Completude dos Registros
Garantia da Consistência dos Registros
Valoração das Transações
Faturamento das Transações
Repartição do Valor Faturado
Lançamentos de Débitos e Créditos

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Espaço da Oferta / Demanda
Linha da Vida
Registros Públicos do Cidadão
Segurança Alimentar e Nutricional do Cidadão
Saúde do Cidadão
Educação do Cidadão
Trabalho do Cidadão
Previdência do Cidadão
Assistência Social do Cidadão
Outros a Definir
Captação de Recursos para Atendimento do Cidadão
Responsabilidade Fiscal - Transparência para o Cidadão
Aspirações, Demandas e Expectativas do Cidadão
Desempenho da Prestação de Serviços pelo Estado

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Espaço da Oferta / Demanda
Linha da Vida
Registros Públicos do Cidadão
Segurança Alimentar e Nutricional do Cidadão
Saúde do Cidadão
Educação do Cidadão
Trabalho do Cidadão
Previdência do Cidadão
Assistência Social do Cidadão
Outros a Definir
Captação de Recursos para Atendimento do Cidadão
Responsabilidade Fiscal - Transparência para o Cidadão
Aspirações, Demandas e Expectativas do Cidadão
Desempenho da Prestação de Serviços pelo Estado

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio

Espaço da Oferta / Demanda
Linha da Vida
Registros Públicos do Cidadão
Segurança Alimentar e Nutricional do Cidadão
Saúde do Cidadão
Educação do Cidadão
Trabalho do Cidadão
Previdência do Cidadão
Assistência Social do Cidadão
Outros a Definir
Captação de Recursos para Atendimento do Cidadão
Responsabilidade Fiscal - Transparência para o Cidadão
Aspirações, Demandas e Expectativas do Cidadão
Desempenho da Prestação de Serviços pelo Estado



Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio

Registros Públicos do Cidadão

Registro Civil: Nascimento, Casamento, Divórcio e Óbito

Saúde do Cidadão

pré-natal saúde da família
vacinação

Educação do Cidadão

matrícula calendário merenda
frequência boletim
aluno
professor
administrador
diretor

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Espaço de Provedores de Conteúdos Multimídia e de Serviços de Valor Adicionado

Estado	Serviços Públicos
Governo Federal	Certificação Digital
Distrito Federal	Bancários e Financeiros
Governo Estadual	Telecomunicações
Governo Municipal	Correios
Legislativo Federal	Energia Elétrica
Legislativo Estadual	Água e Esgoto
Legislativo Municipal	Gás
Judiciário Federal	Transportes
Judiciário Estadual	Previdência Social
Ministério Público Federal	Saúde
Ministério Público Estadual	Educação
Registros Públicos	Funerário

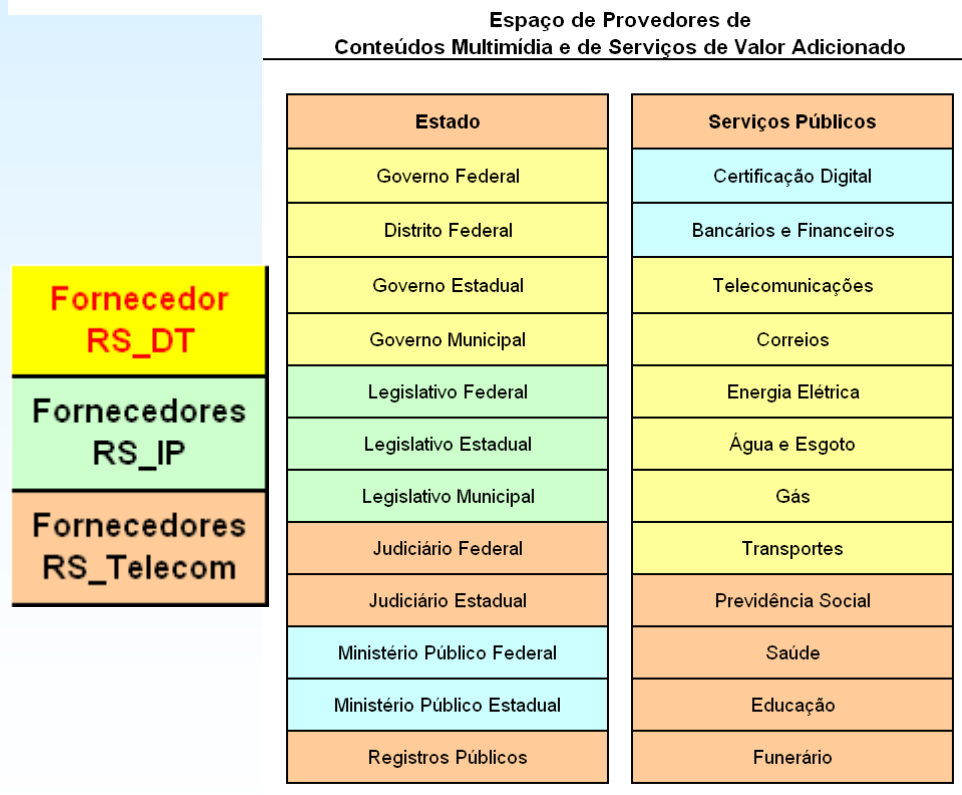
Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Espaço de Provedores de Conteúdos Multimídia e de Serviços de Valor Adicionado

	Estado	Serviços Públicos
Fornecedor RS_DT Fornecedores RS_IP Fornecedores RS_Telecom	Governo Federal	Certificação Digital
	Distrito Federal	Bancários e Financeiros
	Governo Estadual	Telecomunicações
	Governo Municipal	Correios
	Legislativo Federal	Energia Elétrica
	Legislativo Estadual	Água e Esgoto
	Legislativo Municipal	Gás
	Judiciário Federal	Transportes
	Judiciário Estadual	Previdência Social
	Ministério Público Federal	Saúde
	Ministério Público Estadual	Educação
	Registros Públicos	Funerário

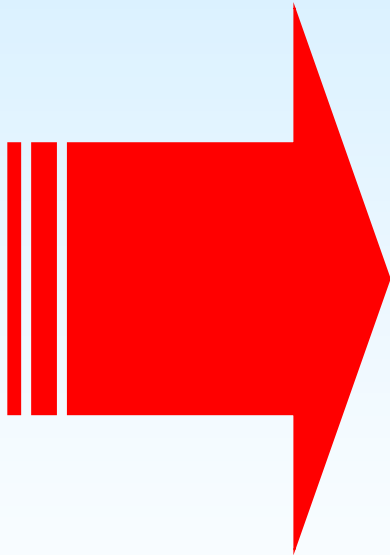
Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio



Fórum Estado Digital

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio

Fórum Estado Digital



Fase A: Prova de Conceito

Definição dos Participantes

Definição da Agenda da Prova de Conceito

Definição de Responsabilidades

Definição de Participações (Atuais e Futuras)

Formalização do Acordo de Negócio

Qualificação das Demandas do Cidadão

Qualificação das Demandas dos Provedores

Qualificação da Oferta dos Provedores

Qualificação das Demandas dos Anunciantes

Qualificação da Oferta dos Anunciantes

Conceituação do Produto (RS_DT)

Especificação do Produto (RS_DT)

Implantação da RS_DT

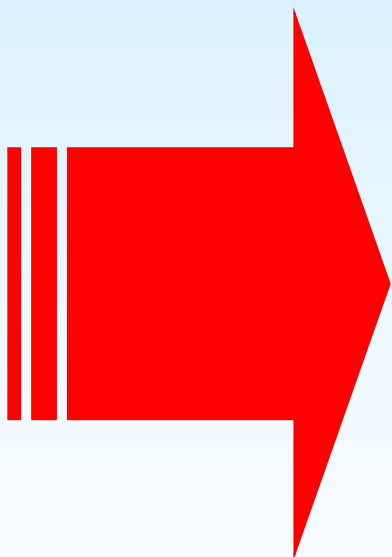
Revisão da Especificação do Produto

Constituição da Brasil Digital S.A.

Modelo de Contratação pelo Estado

Serviços Digitais Transacionais: Modelo do Negócio

Fórum Estado Digital



Fase B: Expansão para todo o Estado

Chamada de Novos Sócios

Fase C: Expansão para outros Estados

Chamada de Novos Sócios

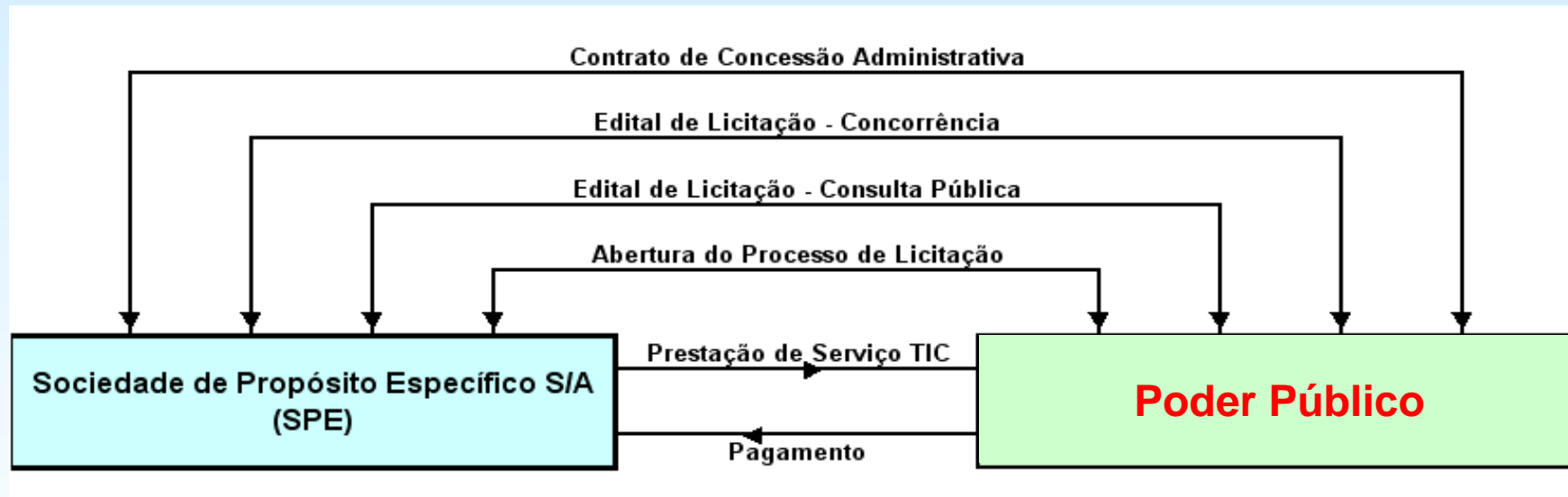
Diretrizes a serem Observadas no Projeto PPP

Lei 11.079 - Art. 4º

Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

- I - eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade (**a ser demonstrado no pedido de autorização para abertura do processo licitatório**);
- II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução (**SPE**);
- III - indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;
Nota: As funções a serem exercidas com a realização do Objeto da Concessão Administrativa deste Projeto PPP não se enquadram em nenhuma dessas funções
- IV - responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias (**obedece à LC 101, Lei da Responsabilidade Fiscal**);
- V - transparência dos procedimentos e das decisões (**seguirá a lei**);
- VI - repartição objetiva de riscos entre as partes (**estará no contrato**);
- VII - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria (**Especificação Técnica, Plano de Negócios e Licitação**).

Modelo Básico do Projeto PPP



Especificação da Solução Completa

1. Segmento 1: Definições Preliminares
2. Segmento 2: Abertura do Processo Licitatório
3. Segmento 3: Realização da Licitação - Concorrência
4. Segmento 4: Constituição da Sociedade de Propósito Específico
5. Segmento 5: Celebração do Contrato de Concessão Administrativa

Anexo 1 – Estrutura do Termo de Abertura do Processo Licitatório

Anexo 2 – Estrutura do Contrato de Concessão Administrativa

Anexo 3 – Estrutura do Edital de Licitação

Nota: Anexos não apresentados

Segmento 1: Definições Preliminares

1. Objeto do Contrato de Concessão PPP
2. Prazo do Contrato de Concessão PPP: n anos
(compatível com a amortização de (re)investimento)
3. Tamanho estimado da PPP
 - a. CAPEX de R\$ XX,X milhões
 - b. Vida Útil: n anos
 - c. Taxa ROI: n,0% a.m.
 - d. Valor Residual: zero
 - e. Amortização Mensal do CAPEX: R\$ X,XX milhões
 - f. Garantias do Concedente: Recebíveis de 1ª linha
 - g. OPEX de R\$YY,Y milhoes
4. Formação do Grupo de Controle
 - a. Integrador da Solução Completa
 - b. Parceiro Tecnológico - P&D
 - c. Parceiro Tecnológico - Corporativo
 - d. Parceiro(s) Investidor(es)
(Bancos de Investimento 2 ou Banco de Negócios 2)
 - e. Parceiro(s) Comercial(ais)
(Sistemas Específicos, SVA em Rede, Data Center, Rede Corporativa)

Segmento 2: Abertura do Processo Licitatório

1. Pedido de Autorização da Autoridade Competente, fundamentado em Estudo Técnico que demonstre:
 - a. Conveniência e Oportunidade do Contrato de Concessão Administrativa PPP
 - b. Efeito Positivo nas Metas Fiscais (Art 4 LC 101 – LRF)
 - i. Premissas Adotadas
 - ii. Metodologia de Cálculo Utilizada
 - iii. Observância das Normas para Consolidação de Contas Públicas
 - iv. Compatibilização com Normas do PPA e da LDO
 - c. Observância dos Limites da Dívida e Endividamento (Arts 29, 30 e 32 LC 101 – LRF)
 - i. Premissas Adotadas
 - ii. Metodologia de Cálculo Utilizada
 - iii. Observância das Normas para Consolidação de Contas Públicas
 - iv. Compatibilização com Normas do PPA e da LDO
2. Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro (horizonte do contrato)
3. Declaração do Ordenador de Despesa (LDO e LOA)
4. Estimativa do Fluxo de Recursos Públicos
5. Declaração do Ordenador de Despesa de que o Objeto do Contrato de Concessão PPP está previsto no PPA
6. Submissão das Minutas do Edital e do Contrato de Concessão à Consulta Pública
7. Licença Ambiental (quando aplicável)

Referência: Art 10 Lei 11.079 – PPP

Segmento 3: Realização da Licitação - Concorrência

1. Publicação do Edital (com Minuta de Contrato e Anexos)
2. Esclarecimento de Dúvidas na Interpretação do Edital
3. Recebimento das Propostas
4. Avaliação da Qualificação dos Proponentes
5. Avaliação de Proposta Técnica
6. (Des)Qualificação Motivada da Proposta Técnica
7. Abertura das Propostas Econômicas
8. (Des)Qualificação Motivada das Propostas Econômicas
9. Lances em Viva Voz
10. Adjudicação do Contrato de Concessão

Segmento 4: Constituição e Organização de SPE

1. Formação do Grupo de Controle da SPE
 1. Identificação de seus Membros
 2. Definição das Respectivas Participações (Direitos e Obrigações)
 3. Assinatura de MOU (Base do Acordo de Acionistas)
 4. Subscrição e Integralização do Capital Social
 5. Especificação e Desenvolvimento da Solução Completa
2. Constituição de Sociedade de Propósito Específico
 - a. Elaboração do Estatuto Social como S/A de Capital Aberto
 - i. Sede Social
 - ii. 50% de Ações Ordinárias
 - b. Realização de AG de Constituição da SPE
 - c. Eleição dos Membros do CA (pelo Grupo de Controle)
 - d. Eleição dos Membros do CF (pelo Grupo de Controle)
 - e. Realização de Reunião do CA
 - f. Eleição dos Membros da DC (pelo Grupo de Controle)
3. Organização da Sociedade de Propósito Específico
4. Evolução do Quadro de Acionistas (**a ser confirmado**)
 - a. Fase 1: Só Grupo de Controle
 - b. Fase 2: Após Evento 1 – Venda de Parte 1 para Banco(s)
 - c. Fase 3: Após Evento 2 – Venda de Parte 2 para Fundo de Investimento PIPS
 - d. Fase 4: Após Evento 3 – Venda de Parte 3 para Mercado de Capitais

Segmento 5: Assinatura do Contrato de Concessão

1. Comunicação ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do Art. 28 Lei 11.079
2. Assinatura do Contrato de Concessão Administrativa - PPP

“Estado Digital”

Serviços Digitais Transacionais
Prova de Conceito

Esclarecimentos, sugestões e comentários

Cesar Rômulo Silveira Neto

Secretário Geral

TELEBRASIL, FEBRATEL e SINDITELEBRASIL

cromulo@telebrasil.org.br

Obrigado